

Síntese do Informe

ONU Mulheres - Guia - Consultas seguras com sobreviventes de violência contra mulheres e meninas

OMS - Manual: Respondendo aos maus-tratos infantis

UNFPA - Relatório Geral de Ação Humanitária 2023

OPS - Lança *e-learning* sobre Vacinas COVID-19 na Gravidez e Amamentação - Resultados publicados a partir de estudos baseados em dados de vigilância da COVID-19

OMS - Recomendações sobre cuidados maternos e à recém-nascidos para uma experiência pós-natal positiva

UNICEF - Transformando a Educação com Financiamento Equitativo

UNICEF - Política e Estratégia de Inclusão da Deficiência da UNICEF (Disability Inclusion Policy and Strategy - DIPAS) 2022-2030

ONU Mulheres na Agenda de Davos

Agenda Global e Perspectivas para 2023 - Mulheres, Crianças e Adolescentes

Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes: o ano é novo, mas os problemas são antigos

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Karinne Marieta Carvalho

ONU Mulheres - Guia: Consultas seguras com sobreviventes de violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres e meninas é a forma mais difundida de violação de direitos humanos, enraizada em relações desiguais de poder, desigualdades estruturais, e discriminação. Uma abordagem centrada nas sobreviventes, em suas necessidades e desejos, deve ser o foco central da prestação de serviços.

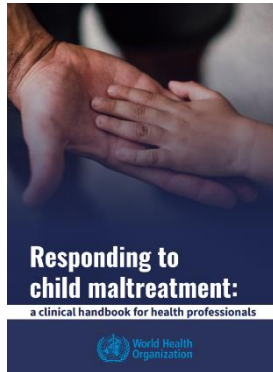
Com isso em mente, a ONU Mulheres, juntamente com a Global Rights for Women, desenvolveu o guia “Consultas seguras com sobreviventes de violência contra mulheres e meninas”, projetado para fornecer etapas práticas, medidas de segurança e ações para incorporar as vozes das sobreviventes nos esforços para uma reforma sistêmica, por meio de consultas seguras e significativas.

Esta orientação destina-se a ajudar os formuladores de políticas a desenvolver uma programação centrada na sobrevivente para acabar com a violência contra mulheres e meninas que atenda às necessidades de diversos grupos, incluindo aquelas que correm maior risco de

sofrer violência e discriminação. É aplicável à programação nos setores de saúde, justiça e policiamento e serviços sociais, bem como na coordenação desses setores.

Para acessar o guia completo, [clique aqui](#).

OMS - Manual: Respondendo aos maus-tratos infantis



O abuso infantil é um importante problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos, incluindo o direito à vida, o direito à proteção contra todas as formas de violência e o direito de usufruir o máximo grau possível de saúde. O abuso infantil é generalizado, porém oculto. Apenas uma parte dos meninos e meninas vítimas de abuso procuram ajuda para contar o que aconteceu com eles e, desses, pouquíssimos recebem o apoio de que precisam.

Os profissionais de saúde estão em uma posição única para ajudar as crianças, meninas e adolescentes vítimas de abuso em sua prática diária, mas nem sempre são treinados para isso. O treinamento adequado é essencial para mitigar as consequências negativas do abuso e da negligência e evitar mais danos. Os maus-tratos infantis podem ter consequências negativas

graves e muitas vezes ao longo da vida para a saúde mental e física, saúde sexual e reprodutiva, desempenho acadêmico e vida social.

A OMS lançou um manual de resposta aos maus-tratos infantis. Ele foi organizado a partir da experiência de muitos profissionais em todo o mundo dedicados à prevenção e resposta aos maus-tratos infantis. Resume as recomendações e diretrizes da OMS sobre:

- Como identificar o abuso infantil na prática diária;
- Como conversar ou abordar de forma segura com meninos, meninas, adolescentes e as pessoas responsáveis por eles, e
- Como adquirir as habilidades necessárias para responder adequadamente ao abuso infantil em todas as suas formas.

Destina-se principalmente a profissionais de saúde da linha de frente que provavelmente atendem crianças em sua prática diária. Estes podem incluir clínicos gerais, enfermeiros, parteiras, ginecologistas, pediatras, profissionais de saúde mental, socorristas, pessoal de atendimento de emergência, dentre outros.

Quantas crianças e adolescentes são afetados por maus-tratos?

- Quase um quarto dos adultos já sofreu abuso físico quando criança, 36% sofreram abuso emocional e 16% sofreram negligência.
- No geral, 18% das meninas e 8% dos meninos sofreram algum tipo de abuso sexual.
- Embora os dados citados acima tenham sido coletados principalmente em países de alta renda, os dados de países de baixa e média renda estão cada vez mais disponíveis. As Pesquisas sobre Violência contra Crianças e Jovens (VACS), que foram implementadas em mais de 20 países na África Subsaariana, Ásia e América Latina, relatam que na maioria dos países dessas regiões, mais de 25% das meninas e 10% dos meninos revelaram violência sexual na infância. As taxas de violência física costumam ser duas vezes maiores em quase todos os países estudados.

Os maus-tratos infantis podem ter consequências graves (se não fatais) de curto e longo prazo para a saúde física, sexual e mental. As consequências para a saúde física incluem lesões, deficiências e distúrbios gastrointestinais, enquanto as consequências para a saúde sexual e reprodutiva incluem infecções sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo o HIV. As adolescentes podem enfrentar problemas de saúde adicionais, incluindo distúrbios ginecológicos e gravidez indesejada. Os maus-tratos infantis também podem se sobrepor a outras formas de violência contra crianças e violência praticada pelo parceiro íntimo, por exemplo, no contexto do casamento infantil. As consequências para a saúde mental incluem estresse pós-traumático, ansiedade, depressão, sintomas de externalização, distúrbios alimentares, problemas com relacionamentos, distúrbios do sono, autoagressão e pensamentos

suicidas. Podem afetar o desempenho cognitivo e acadêmico e estão fortemente associados ao abuso de álcool, drogas e tabagismo – fatores de risco importantes para doenças não transmissíveis (DCNTs), como doenças cardiovasculares, câncer, doenças hepáticas etc. Isso pode levar a comportamentos de risco (incluindo comportamentos que aumentam o risco sexual) e problemas comportamentais e sociais, como violência contra pares, delinquência e crime. Cuidadores que sofreram maus-tratos quando crianças têm maior probabilidade de maltratar seus próprios filhos.

Crianças e adolescentes expostos a maus-tratos muitas vezes não revelam o abuso devido ao medo, estigma ou suposição de que ninguém pode ajudá-los. Identificar maus-tratos, portanto, muitas vezes requer que o profissional reconheça os sinais, sintomas e comportamentos de crianças e adolescentes. Isso também pode envolver interações entre a criança ou adolescente e seus cuidadores.

Com base em revisões sistemáticas, o National Institute for Health and Care Excellence (NICE) do Reino Unido resumiu mais de 70 “características de alerta” de abuso físico, abuso sexual, abuso emocional ou negligência que devem levar você a suspeitar de maus-tratos (para acessar o documento da NICE, [clique aqui](#)).

Algumas crianças não terão problemas de saúde mental após a exposição à violência, outras podem apresentar sintomas que desaparecem após algum tempo com o mínimo de apoio para voltar às suas rotinas normais. Alguns, no entanto, terão problemas de saúde mental mais graves e precisarão de apoio adicional por toda sua vida.

Para acessar o manual completo [clique aqui](#). Para a versão em espanhol [clique aqui](#).

UNFPA - Relatório Geral de Ação Humanitária 2023

À medida que as crises aumentam, mulheres e meninas estão pagando um preço inaceitável. Em todo o mundo, 2022 viu o aprofundamento de conflitos, fome generalizada e grandes desastres climáticos. Hoje, mais de 100 milhões de pessoas estão deslocadas à força em todo o mundo. A maioria são mulheres e crianças, muitas das quais lutam para sobreviver e enfrentam ameaças diárias à sua saúde, direitos, segurança e dignidade. A UNFPA está fornecendo ajuda humanitária a mais de 60 países.

Em 2022, a UNFPA forneceu assistência para mais de 30 milhões de mulheres, meninas e jovens, com serviços e suprimentos para cuidados obstétricos de emergência para prevenção óbitos maternos e neonatais, planejamento familiar e contracepção de emergência, prevenção e resposta à violência sexual, incluindo o manejo clínico do estupro. Os maiores doadores de recursos em 2022 foram: Estados Unidos, agências do sistema Nações Unidas, Reino Unido, Austrália, Noruega e Canadá.

A agência ressalta que as necessidades estão crescendo e as lacunas permanecem. Em 2023, a UNFPA está buscando US\$1,2 bilhão para fornecer serviços e proteção a aproximadamente 66 milhões de mulheres, meninas e jovens em 65 países. Os países prioritários, que terão maiores investimentos são: Afeganistão, Síria, Ucrânia, Iêmen, Somália, Sudão, Congo, Etiópia, Bangladesh e Paquistão.

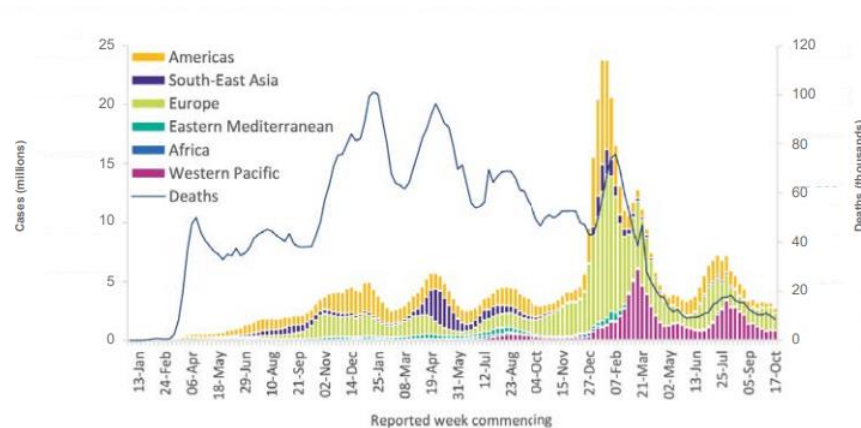
Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

OPS - Lança *e-learning* sobre Vacinas COVID-19 na Gravidez e Amamentação - Resultados publicados a partir de estudos baseados em dados de vigilância da COVID-19.

Mulheres grávidas e lactantes são grupos especiais a serem considerados na vacinação devido ao alto risco de complicações se infectadas com o vírus que causa a Covid-19. Elas podem precisar de observação e cuidados especiais se infectadas pelo vírus ou expostas a outras pessoas adoecidas. Os resultados e estudos publicados com base nos dados de vigilância da Covid-19 indicaram um risco aumentado entre mulheres grávidas de apresentar formas graves da doença e, portanto, de internação e internação em unidades de terapia intensiva (UTI).

As mulheres grávidas com Covid-19 têm maior probabilidade de dar à luz antes da 37ª semana de gravidez (parto prematuro). Além disso, mulheres grávidas com Covid-19 podem ter maior risco de problemas como morte fetal intrauterina e aborto espontâneo. Todas as mulheres grávidas e puérperas e seus recém-nascidos, incluindo aqueles com infecção confirmada ou suspeita de Covid-19, têm o direito a cuidados de alta qualidade antes, durante e após o parto, incluindo cuidados de saúde mental.

Figura 1 - Casos de COVID-19 reportados por semana, por região da OMS, e mortes globais (23/10/22).



Por este motivo e para romper barreiras sobre vacinação, cuidados e disseminação de notícias falsas, a OPAS lançou o módulo de *e-learning* sobre vacinas Covid-19 na Gravidez e Amamentação, com o objetivo de fornecer educação para profissionais de saúde e gestantes. O objetivo do material é fornecer informações, baseadas nas melhores evidências disponíveis, para mulheres e profissionais de saúde.

Vacina para o Covid-19 durante a gravidez e amamentação - Estudos em países que já vacinaram as mulheres grávidas em larga escala, principalmente com vacinas de mRNA, mostraram alta eficácia, semelhante à eficácia em pessoas não grávidas. Isto demonstra que a vacinação contra a COVID-19 durante a gravidez é segura e oferece uma série de benefícios para as mulheres e seus bebês, especialmente proteção contra doenças graves e morte. A mulher grávida pode e deve receber as vacinas para Covid-19, além de oferecer forte proteção contra formas graves da doença, as vacinas diminuem o risco de dar à luz bebês prematuros. Se ainda não estiverem vacinadas, as mulheres grávidas devem ter acesso às vacinas aprovadas pela OMS.

Estudos mostraram que mulheres grávidas que recebem vacinas contra a COVID-19 desenvolvem anticorpos que estão presentes no sangue do cordão umbilical dos bebês. Isso sugere que bebês podem receber benefícios protetores da vacina, além dos benefícios para mulheres grávidas podendo evitar efeitos de longo prazo e morte.

Vacinas para o Covid-19 e amamentação - A OMS recomenda o uso das vacinas Covid-19 em mulheres lactantes e a continuidade da amamentação após a vacinação.

Mitos sobre a COVID-19 durante a gravidez e Amamentação - O vírus SARS-CoV-2 desencadeou duas pandemias paralelas: uma biológica que se espalhou para todos os países do mundo, e uma pandemia de informação (infodemia) que se espalha por todos os meios de comunicação e em nosso cotidiano. Informações errôneas relacionadas à Covid-19, tentam

deliberadamente enganar a população e foram responsáveis por agravar a resistência às vacinas, minando os esforços de imunização destinados a controlar a pandemia. Para tentar combater este cenário alguns mitos sobre a COVID 19 e as vacinas foram esclarecidos no documento.

Para acessar o *e-learning* completo, [clique aqui](#).

OMS - Recomendações da OMS sobre cuidados maternos e à recém-nascidos para um experiência pós-natal positiva

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Estratégia Global para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, e aplicando uma abordagem baseada em direitos humanos, as iniciativas de cuidados pós-natais precisam se expandir além da cobertura e sobrevivência simples para que incluam a qualidade do atendimento. O objetivo da publicação é melhorar a qualidade dos cuidados pós-natais essenciais e de rotina prestados às mulheres e aos recém-nascidos, com o objetivo final de melhorar a saúde e o bem-estar materno e neonatal.

Os serviços de cuidados pós-natais são um componente fundamental no aspecto de cuidados maternos e neonatais, e são fundamentais para alcançar os ODS sobre saúde reprodutiva, mortalidade materna e infantil, incluindo metas para reduzir as taxas de mortalidade materna e acabar com as mortes evitáveis em recém-nascidos. O período pós-natal, que se inicia imediatamente após o nascimento do bebê e se estende até seis semanas depois (42 dias), é um momento crucial para mulheres, recém-nascidos, parceiros, pais, cuidadores e famílias. Além disso, durante esse período, a carga de mortalidade e a morbidade materna e neonatal permanecem inaceitavelmente altas.

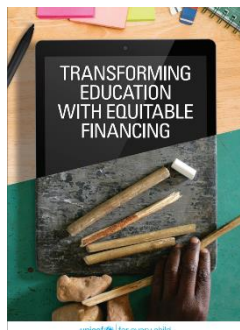
Nesse sentido, a OMS apresentou diretrizes consolidadas e recomendações novas e existentes sobre cuidados pós-natais de rotina para mulheres e recém-nascidos que recebem cuidados pós-natais em saúde ou na comunidade, independente dos recursos disponíveis. Um conjunto abrangente é fornecido de recomendações de cuidados durante o período pós-natal, com ênfase nos cuidados essenciais que todas as mulheres e recém-nascidos devem receber, e prestando a devida atenção à qualidade.

Essas diretrizes atualizam e expandem as Recomendações da OMS de 2014 sobre cuidados pós-natais da mãe e do recém-nascido e complementam as diretrizes atuais da OMS sobre o manejo de complicações pós-natais.

Público-alvo: As recomendações feitas nestas diretrizes destinam-se a apoiar o desenvolvimento de políticas de saúde, protocolos clínicos e diretrizes de programas relevantes nos níveis subnacional e nacional. Portanto, os principais destinatários são os responsáveis por essas políticas, implementadores e administradores de programas de saúde materna, neonatal e infantil, gerentes de estabelecimentos de saúde, profissionais de saúde (incluindo parteiras e enfermeiras, enfermeiras obstétricas, obstetras, pediatras, neonatologistas, médicos e agentes comunitários de saúde), organizações não governamentais e associações profissionais envolvidos no planejamento e gestão dos serviços de saúde materno-infantil, o pessoal acadêmico envolvido na formação de profissionais de saúde e grupos de mulheres e pais.

Para acessar o documento completo de recomendações, [clique aqui](#).

UNICEF - Transformando a Educação com Financiamento Equitativo



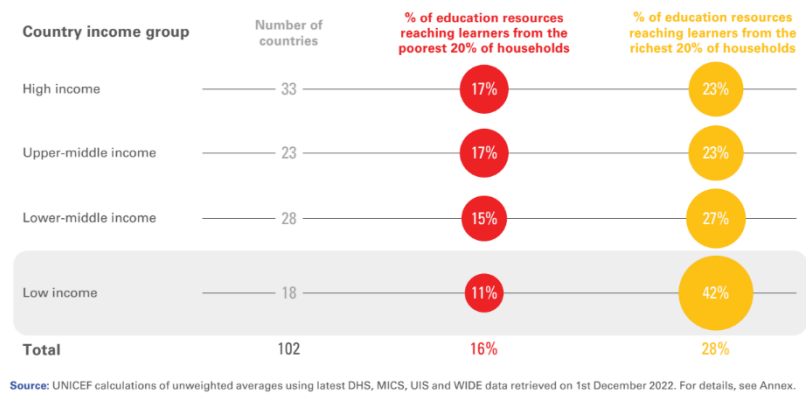
Em setembro de 2022, o Transforming Education Summit (Cúpula para Transformação da Educação) convocou os governos e a comunidade internacional a mobilizar ações para transformar os sistemas educacionais, incluindo o aumento da equidade nos gastos com educação para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, educação de qualidade para todos.

Nesse sentido, o documento publicado apresenta conclusões sobre o financiamento equitativo da educação usando os dados mais recentes de 102 países e territórios, destacando a necessidade urgente de direcionar recursos para alcançar os mais pobres e marginalizados. Ele discute os desafios não apenas da inadequação, mas também da desigualdade nos gastos

nacionais com a educação e na ajuda internacional à educação, e explora como o financiamento equitativo da educação pode ajudar a enfrentar a crise global de aprendizagem.

Em alguns países, o financiamento da educação é desigual na medida em que os alunos do o quintil mais pobre recebem 10% ou menos dos gastos com educação pública. Na mesma lógica, os gastos públicos com educação são desproporcionalmente maiores para os alunos das famílias mais ricas. Em 1 em cada 10 países, 20% dos alunos mais ricos recebem quatro ou mais vezes o valor de gastos com educação pública em comparação com aqueles das famílias mais pobres.

Figura - Distribuição média do financiamento da educação pública por histórico de riqueza dos alunos, atualização de 2022



Aumentar 1% da alocação de recursos na educação pública para os mais pobres pode beneficiar 35 milhões crianças em idade escolar primária, tirando-as da pobreza de aprendizagem.

O documento apresenta as principais ações políticas que os governos e as partes interessadas devem tomar com urgência para responder a esses desafios e transformar a educação com financiamento equitativo.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

A estratégia (DIPAS) foi desenvolvida por meio de intensas consultas internas e externas, incluindo agências da ONU, governos, organizações de pessoas com deficiência e jovens com deficiência, e guiado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) e a Estratégia das Nações Unidas para a Inclusão da Deficiência (UNDIS). O objetivo do DIPAS-UNICEF é um mundo mais inclusivo até 2030, onde todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, vivam em comunidades inclusivas e sem barreiras.

O DIPAS estabelece seis prioridades estratégicas:

- Prevenção do estigma e da discriminação;
- Melhoria de serviços, programas e locais de trabalho que incluam deficiências;
- Acesso a cuidados comunitários abrangentes e serviços de apoio;
- Acesso à tecnologia assistiva;
- Ação inclusiva da deficiência em contextos humanitários, de emergência e frágeis; e
- Participação plena e significativa das pessoas com deficiência.

O Compromisso do UNICEF, até 2025:

1. Aumentar em pelo menos 2% de suas despesas orçamentárias organizacionais, para acelerar progressivamente a inclusão de pessoas com deficiência em seus programas e operações, tanto

no desenvolvimento quanto na ação humanitária, comprometendo-se com uma meta de 10% das despesas totais até o ano de 2030;

2. Aumentar progressivamente o número de funcionários com deficiência em pelo menos 2% em todos os escritórios, com o objetivo de atingir 7% de representação até 2030;
3. Ter pelo menos um especialista em deficiência em todos os escritórios regionais do UNICEF, dedicado em tempo integral para programas e operações, para coordenar e apoiar a inclusão da deficiência na região;
4. 75% dos funcionários do UNICEF terão recebido treinamento sobre inclusão de deficientes;
5. Gerar evidências a partir de informações e pesquisas de dados por meio de capacidade dedicada (ou seja, o Centro de Excelência em Dados para Crianças com Deficiência) para orientar o design e os investimentos do programa;
6. Integrar sistematicamente a inclusão da deficiência, especificamente de crianças com deficiência, nas comunicações e advocacy dos meios de comunicação; e
7. Até dezembro de 2023, os diretores regionais e da sede do UNICEF terão desenvolvido planos de ação divisionais/regionais sobre DIPAS.

A ação do UNICEF é um passo importante na inclusão de pessoas com deficiência e a agência busca ser um modelo na incorporação de um plano para incluir pessoas com deficiência. O lema da estratégia é “um mundo inclusivo, começa comigo, com você, com todos nós”.

Para acessar o sumário executivo, [clique aqui](#).

ONU Mulheres na Agenda de Davos

Os últimos dados disponíveis do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 mostram que o mundo não está no caminho certo para alcançar a igualdade de gênero até 2030. Levará mais 286 anos para preencher a lacuna global de gênero. Quase 1 em cada 3 mulheres já sofreu

violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida e 85% dos CEOs da Fortune 500 são homens.

Destacando essas questões, a ONU Mulheres esteve em Davos, na reunião anual do Fórum Econômico Mundial, de 16 a 20 de janeiro de 2023. Durante esta semana e sob o guarda-chuva da Generation Equality, a principal iniciativa mundial para acelerar investimento e implementação em igualdade de gênero, a ONU Mulheres liderou conversas focadas em soluções com líderes de governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Os temas abordados nas sessões foram:

- Clima e gênero: uma crise conectada
- Ativando Tecnologia e Inovação para a Igualdade de Gênero
- Garantindo Justiça Econômica para as Mulheres
- HeForShe: a importância da aliança masculina
- Eliminando a violência baseada em gênero por meio da ação de várias partes interessadas

Para acessar as gravações, [clique aqui](#).

Agenda Global e Perspectivas para 2023 - Mulheres, Crianças e Adolescentes

Em relação à vida de mulheres, crianças e adolescentes, alguns temas se destacaram em 2022 e devem continuar em evidência nos próximos meses:

- questões ligadas ao gênero - desde desigualdades salariais, à situações de violência (física, sexual, etc.), à perpetuação de ciclos de vulnerabilidade para meninas e

mulheres (fome, pobreza, casamento infantil, mutilação genital feminina) - tendo o componente racial como fator importante para agravar ainda mais essas disparidades;

- saúde sexual e reprodutiva, garantia de direitos, discriminação do aborto e sua estreita relação com a mortalidade materna;
- o impacto desigual que a crise climática e as guerras têm em mulheres, meninas e jovens;
- efeitos e repercussões da pandemia - não só no contexto da saúde física, mas também da saúde mental;
- desafios para atingir a cobertura vacinal global e a crise da infodemia
- educação de crianças e jovens - disparidades regionais, acesso à tecnologias e os efeitos positivos de investir na educação de meninas.

Nas próximas semanas....

A 67ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW67 - 2023) será realizada de 6 a 17 de março de 2023. Representantes dos Estados Membros, entidades da ONU e organizações não governamentais (ONGs) credenciadas pelo ECOSOC de todas as regiões do mundo são convidados a contribuir para a sessão.

O tema prioritário de 2023 será: Inovação, mudança tecnológica e educação na era digital para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Também será realizada a revisão do tema: Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas rurais (conclusões acordadas da 62ª sessão).

O Bureau da Comissão desempenha um papel crucial na facilitação da preparação e na garantia do resultado bem-sucedido das sessões anuais da Comissão. Os membros do Bureau servem por dois anos. De acordo com a decisão ECOSOC 2002/234, a Comissão realiza a primeira reunião de sua sessão subsequente, imediatamente após o encerramento da sessão regular, para eleger novos membros do Bureau conforme necessário.

O Bureau para a 67ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (2023) é composto pelos seguintes membros: Sra. Mathu Joyini (África do Sul), Presidente (Grupo dos Estados Africanos); Sra. Antje Leendertse (Alemanha), Vice-Presidente (Grupo da Europa Ocidental e Outros Estados); Sr. Māris Burbergs (Letônia), Vice-Presidente (Grupo dos Estados da Europa de Leste); Sra. Maria del Carmen Squeff (Argentina), Vice-Presidente designada (Grupo de Estados

da América Latina e Caribe); Sra. Chimguundari Navaan-Yunden (Mongólia), vice-presidente designada (Grupo de Estados da Ásia e do Pacífico).

Para acessar o site da 67ª CSW, [clique aqui](#).

Nessa mesma linha, o Dia Internacional das Mulheres, comemorado em 8 de Março, terá o tema central: “DigitALL: Inovação e tecnologia para a igualdade de gênero”. A data será marcada por um evento de alto nível na quarta-feira, 8 de março de 2023, das 10h às 11h30 EST. O evento reunirá tecnólogos, inovadores, empreendedores e ativistas pela igualdade de gênero para oferecer uma oportunidade de destacar o papel de todas as partes interessadas na melhoria do acesso a ferramentas digitais e será seguido por um painel de discussão e apresentações musicais.